



Estado de Mato Grosso do Sul
Poder Judiciário
Caarapó
Juizado Especial Adjunto

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA
Prazo: 20

Alessandro Leite Pereira, MM. Juiz de Direito desta cidade e Comarca de Caarapó, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma da lei, etc... **FAZ SABER** a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos de Ação de Cumprimento de sentença, n. 0801637-54.2017.8.12.0031, aforado por Luiz Antônio Leite Fernandes contra Adeildo Ferreira da Silva, devidamente qualificados nos referidos autos, em trâmite perante este Juízo e Cartório do Juizado Especial Adjunto, que, com fulcro no artigo 880 e seguintes do Código de Processo Civil/2015 e regulamentado pelo Provimento 375, de 23 de agosto de 2016, do CSM/TJMS, por intermédio do portal (www.leiloesonlinems.com.br), o leiloeiro judicial nomeado Sr. GUSTAVO CORREA PEREIRA DA SILVA, matriculado sob nº 026-JUCEMS, levará a público pregão de venda e arrematação do bem(ns) o(s) móvel(is)/Imóvel(eis) abaixo descrito(s), conforme condições de venda constantes do presente edital. Na primeira praça com início às 09:00 horas (horário de Brasília/DF) no primeiro dia útil subsequente ao da certidão de afiação do Edital no lugar de costume/publicação no Diário da Justiça, e término no dia 21 de novembro de 2022, às 15:00 horas (horário de Brasília/DF), entregar-se-á o(s) bem(ns) a quem mais der com valor igual ou superior ao da avaliação. Caso os lances ofertados não atinjam o valor da avaliação do bem no primeiro pregão, o segundo pregão seguir-se-á sem interrupção, e término às 15:00 horas (horário de Brasília/DF) no dia 25 de novembro de 2022, ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% (sessenta por cento) do valor de avaliação. **DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): LOTE 001:** Um (1) Refrigerador marca Panasonic, em inox, inverse, e bom estado de conservação e funcionamento, avaliado em R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais); **LOTE 002:** Um (1) fogão marca Eletrolux, com 4 chamas, em bom estado de conservação e funcionamento, avaliado em R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais), conforme auto de penhora fl. 105 dos autos. **AVALIAÇÃO:** A avaliação total do(s) bem(ns) móvel(eis)/Imóvel(eis) a serem praxeados, é de R\$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais), conforme Avaliação de fls. 105 dos autos. **ÔNUS SOBRE O(S) BEM(NS) À SER(EM) PRACEADO(S):** Não constam quaisquer ônus. **DÉBITOS DE IMPOSTOS:** Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, por eles não respondendo o adquirente (art. 130, parágrafo único, CTN). **AÇÕES CÍVEIS EM NOME DA PARTE EXECUTADA:** Certidão de f. 134, nº 5936999, expedida em 25-FEV-2022, pelo cartório do distribuidor da comarca de Caarapó-MS, em nome de ADEILDO FERREIRA SILVA, portador do CPF: 894.208.961-53. - **CAARAPÓ:** - 2ª Vara. Processo: 0003247-71.2009.8.12.0031 (031.09.003247-1). Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Liquidação / Cumprimento / Execução. Data: 10/12/2009. Exepte: Marcos Roberto Ireno de Oliveira. - Juizado Especial Adjunto. Processo: 0801431-79.2013.8.12.0031. Ação: Cumprimento de sentença. Assunto: Nota Promissória. Data: 10/07/2013. Exepte: JR & C Materiais de Construção Ltda - ME. - Juizado Especial Adjunto. Processo: 0801637-54.2017.8.12.0031. Ação: Cumprimento de sentença. Assunto: Nota Promissória. Data: 31/07/2017. Exepte: Luiz Antônio Leite Fernandes. - 1ª Vara. Processo: 0802384-38.2016.8.12.0031. Ação: Cumprimento de sentença. Assunto: Nota Promissória. Data: 01/12/2016. Exepte: Rogério Gomes de Araújo. **LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS):** O(s) bem(ns) móvel(eis)/Imóvel(eis) se acha(m) depositado(s) com a pessoa de Adeildo Ferreira da Silva na Rua Tiradentes, 273, Centro, na cidade de Caarapó (MS) e sua entrega dar-se-á por intermédio de Oficial de Justiça se móvel(eis) e mandado de imissão na posse se imóvel(eis). **VALOR DO DÉBITO ATUALIZADO:** Planilha de f. 126-9 – R\$ 8.465,42 (oito mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e dois centavos) atualizados para 02 de fevereiro de 2022. **CONDIÇÕES DE VENDA:** 1) o(s) bem(ns) será(ão) alienado(s) no estado de conservação em que se encontra(m), sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para a alienação judicial eletrônica (art. 18 do Prov. n. 375/2016 – CSM/TJMS); 2) o primeiro pregão da alienação judicial eletrônica começa e termina nas datas e horários supra indicados; 3) não havendo lance superior à importância da avaliação no primeiro leilão, seguir-se-á, sem interrupção, o segundo ato, que se estenderá até o fechamento do(s) lote(s) em dia e hora previsto neste edital (art. 25 do Prov. n. 375/2016 – CSM/TJMS); 4) em segundo pregão não serão admitidos lances inferiores a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação, sendo considerado vil lances inferiores (art. 891. CPC e art. 25, parágrafo único, Prov. n. 375/2016 – CSM/TJMS); 5) para que haja o encerramento do leilão este deverá permanecer por 3 (três) minutos sem receber outra oferta. Sobrevindo lance nos 3 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial exclusivamente eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 3 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances (art. 24 do Prov. n. 375/2016 – CSM/TJMS); 6) durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do leiloeiro Judicial (www.leiloesonlinems.com.br) e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas, não sendo admitido sistema no qual os lances sejam realizados por qualquer forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances (art. 27 "caput" e parágrafo único do Prov. n. 375/2016 – CSM/TJMS); 7) o interessado poderá adquirir o bem penhorado em prestações, observadas as regras insculpidas no art. 895 do Código de Processo Civil; 8) a comissão devida ao leiloeiro pelo arrematante, será no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação e deverá ser paga mediante transferência ou depósito bancários diretamente na conta corrente da empresa gestora LEILÕES ON LINE MS LTDA - ME (CNPJ: 27.838.438/0001-08), no BANCO BRADESCO S/A (237), AGÊNCIA 5246 e CONTA CORRENTE Nº 48924-7. Além da comissão, fará jus o leiloeiro público ao ressarcimento das despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei, a cargo do executado (art. 10 do Prov. n. 375/2016 – CSM/TJMS); 8.1) se o valor de arrematação for superior ao crédito do exequente, a comissão do leiloeiro público oficial e do corretor, assim como as despesas com remoção e guarda dos bens, poderão ser deduzidas do produto da arrematação (Art. 10, § 4º do Prov. n. 375/2016 – CSM/TJMS); 8.2) se houver desistência ou arrependimento do arrematante do bem arrematado, a comissão será devida da mesma forma; 8.3) não será devida a comissão ao leiloeiro público oficial e ao corretor na hipótese da desistência de que trata o art. 775 do Código de Processo Civil, de anulação da arrematação ou de resultado negativo da hasta pública (Art. 10, § 1º do Prov. n. 375/2016 – CSM/TJMS); 8.4) na concessão de isenção após a



Estado de Mato Grosso do Sul
Poder Judiciário
Caarapó
Juizado Especial Adjunto

publicação do edital, a comissão será paga pela parte executada; se a concessão de isenção for anterior a publicação do edital de leilão, a comissão ficará a cargo do exequente, se este não efetivou a comunicação devida, anteriormente a publicação do edital. 8.5) no caso de suspensão da alienação judicial eletrônica, em virtude de pagamento do débito à vista ou parcelado ou remição após a inclusão do bem em hasta, será devida a comissão de 5% do valor do débito, a cargo do executado; 9) homologado o lance vencedor, o sistema www.leiloesonline.ms.com.br emitirá guia de depósito judicial identificado, vinculado ao Juízo da execução (art. 28 do Prov. n. 375/2016 – CSM/TJMS); 10) o pagamento deverá ser realizado de imediato pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico (art. 892), salvo disposição judicial diversa ou arrematação a prazo (art. 895, § 9º) (art. 29 do Prov. n. 375/2016 – CSM/TJMS); 11) não sendo efetuados os depósitos, serão comunicados os lances imediatamente anteriores, para que sejam submetidos à apreciação do juiz, na forma do art. 895, §§ 4º e 5º, art. 896, § 2º, art. 897 e art. 898 do CPC, sem prejuízo da invalidação de que trata o art. 903 do Código de Processo Civil. (art. 31 do Prov. n. 375/2016 – CSM/TJMS); 12) o arrematante que injustificadamente deixar de efetuar os depósitos, se assim o declarar o juiz do processo, terá seu nome inscrito no Cadastro de Arrematantes Remissos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul – PJMS e não poderá mais participar das alienações judiciais eletrônicas no PJMS pelo período de um ano, podendo, ainda, ser responsabilizado por tentativa de fraude a leilão público (artigos 335 e 358 do Código Penal) e, também, por possíveis prejuízos financeiros a qualquer das partes envolvidas no leilão, aí incluída a comissão do leiloeiro (§ 2º, art. 23 da LEF e art. 32 do Prov. n. 375/2016 – CSM/TJMS); 13) a arrematação será considerada perfeita, acabada e irrevogável tão logo assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro público oficial, observadas as disposições do art. 903 do Código de Processo Civil (art. 30 do Prov. n. 375/2016 – CSM/TJMS). DA TRANSMISSÃO DO(S) BEM(NS): 1) o arrematante só será admitido na posse após a expedição da carta de arrematação (em sendo bem imóvel) ou mandado de entrega (para bens móveis) pelo Juízo, quando já esgotado o prazo de 30 (trinta) dias constante do art. 24 da Lei nº 6.830/80 para adjudicação do(s) bem(ns) pela Fazenda Pública; 2) desfeita a arrematação pelo Juiz, por motivos alheios à vontade do arrematante, serão restituídos a este os valores pagos e relativos ao preço do(s) móvel(is) arrematado(s) e à comissão do Leiloeiro Judicial; 3) correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativo à transferência do(s) móvel/imóvel(is) arrematado(s) para o seu nome. OBSERVAÇÕES: 1) A Fazenda Pública poderá adjudicar os bens penhorados: I - antes do leilão, pelo preço da avaliação, se a execução não for embargada ou se rejeitados os embargos; II - findo o leilão: a) se não houver licitante, pelo preço da avaliação; b) havendo licitantes, com preferência, em igualdade de condições com a melhor oferta, no prazo de 30 (trinta) dias. Parágrafo Único - Se o preço da avaliação ou o valor da melhor oferta for superior ao dos créditos da Fazenda Pública, a adjudicação somente será deferida pelo Juiz se a diferença for depositada, pela exequente, à ordem do Juízo, no prazo de 30 (trinta) dias (Art. 24, LEF). 2) As demais condições obedecerão ao que dispõe o CPC, o Provimento Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS e os artigos 335 e 358, do CP. DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: no escritório do Leiloeiro Judicial, Sr. Gustavo Correa Pereira da Silva, localizado na Desembargador Leão Neto do Carmo, 917 B, (Em frente a Uniderp Agrárias), cidade de Campo Grande-MS, ou ainda, pelos telefones (67) 67 3044-2750; e e-mail contato@leiloesonline.ms.com.br, e no site www.leiloesonline.ms.com.br. Todas as condições e regras deste Leilão encontram-se disponíveis no Portal www.leiloesonline.ms.com.br. Caso não encontrado(s) o(s) devedor(es), fica(m) o(s) mesmo(s) ciente(s), por meio do presente, da realização da hasta pública acima descrita. E, para que chegue ao conhecimento dos executados, terceiros e todos os demais interessados, o mesmo será publicado na forma da lei e afixado na sede deste Juízo, no endereço supra mencionado. Eu, Alberto Felício Marques, Analista Judiciário, o digitei, e eu, Suelen Della Flora Veronezi Nakayama, Chefe de Cartório, o conferi. Caarapó/MS, 25 de outubro de 2022. Dr. Alessandro Leite Pereira.